

O Estado em transe: atualidades do imperialismo enquanto fase superior do capitalismo

Orides Mezzaroba*

Matheus Felipe de Castro**

Sumário: Introdução; 1. A questão do imperialismo na literatura; 2. O capitalismo na época de Marx; 3. O capitalismo na época de Lênin; 4. As cinco características do imperialismo; 5. O imperialismo depois de Lênin; Considerações finais; Referências.

Resumo: O presente artigo realiza uma revisão teórica da obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lênin, com o fim de estabelecer premissas básicas para uma análise da fase financeirizada do capital monopolista, que se inaugura no final do século XX e se arrasta pelos primeiros anos do século XXI. Aborda, outrossim, as mais recentes visões de teóricos marxistas sobre as transformações do capitalismo atual e suas possibilidades de desenvolvimento.

Palavras-chave: Imperialismo; Capital Monopolista; Financeirização, Neoliberalismo.

Abstract: The present article delivers a theoretical review of the Imperialistic work, superior stage of Lenin's capitalism, in order to establish basic premises for an analysis of the financialized stage of the monopolist capital, which begins in the end of the 20th century and drags itself into the early years of the 21st century. It also includes more recent views of the Marxist theorists about the changes of the current capitalism and its possibilities for development.

Keywords: Imperialism; Monopolist Capital; Financialization, Neoliberalism.

Introdução

A fase financeirizada do capital que se inaugura a partir do final do século XX traz especificidades que se não autorizam a afirmação de mudanças qualitativas no Modo Capitalista de Produção, permite afirmar transformações de ordem quantitativa que por isso mesmo exercem forte pressão sobre o terreno do político e sua configuração. O neoliberalismo, ideologia inconteste desta fase, tem como principal mote a minimização dos Estados Nacionais enquanto instrumentos de

* Professor dos Programas de Graduação e Pós-graduação – Mestrado e Doutorado – em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do CNPq.

** Doutorando em Direito, área de concentração Estado, Direito e Sociedade, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor e Advogado.

racionalização da circulação dos capitais, principalmente entre as nações do centro e da periferia do capitalismo globalizado.

É nesse contexto que o conceito de “imperialismo” desenvolvido por Lênin no início do século XX, necessita ser revisitado e reavaliado, com o fim de ser desenvolvido e enriquecido para dar conta da explicação dos processos sociais, políticos e econômicos que marcam a quadra atual em que a história se encontra.

O presente artigo tem a pretensão de iniciar um debate sobre esta necessidade de desenvolvimento do conceito de imperialismo como chave de explicação dos processos políticos que afetam os Estados Nacionais na atualidade, principalmente os dos países de capitalismo periférico, em especial do Brasil.

No primeiro capítulo, realiza-se uma revisão bibliográfica das obras atuais que, principalmente na Europa, vem tentando desenvolver o conceito. O segundo capítulo tenta traçar as singularidades do capitalismo na época de Marx, quando escreveu o seu “O Capital”. O terceiro capítulo aborda o desenvolvimento do Modo Capitalista de Produção na época de Lênin e que ensejou que esse autor e revolucionário escrevesse o seu “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, desenhando as novas especificidades do capitalismo monopolista. O quarto capítulo descreve e analisa as cinco características do imperialismo descritas por Lênin em sua época. O quinto capítulo passa a analisar o desenvolvimento do imperialismo depois de Lênin, suas transformações, no que se segue uma sucinta conclusão.

1 A questão do imperialismo na literatura

Karl Marx e Friedrich Engels, analisando o desenvolvimento objetivo do capitalismo e sua tendência “globalizante”, advertiam que:

A necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre. Ela precisa fixar-se em toda parte, estabelecer-se por toda parte, criar vínculos em toda parte. A burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou à indústria a base nacional em que esta assentava. As velhas indústrias nacionais foram aniquiladas e continuam a sê-lo dia-a-dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas – indústrias que já não utilizam matérias-primas nacionais, mas sim oriundas das regiões mais afastadas, e cujos produtos se consomem simultaneamente tanto no próprio país como em todos os continentes. Em lugar das velhas necessidades, atendidas pelos produtos do próprio país, surgem necessidades novas, que exigem, para a sua satisfação, produtos dos países mais longínquos e de climas os mais diversos. Em lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento local e nacional,

surgem um intercâmbio generalizado e uma generalizada dependência entre as nações. E isto se refere tanto à produção material quanto à produção espiritual. Os produtos espirituais de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais mostram-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais nasce uma literatura mundial.¹

Com essas palavras inscritas no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, os pais do materialismo histórico, longe de profetizarem um futuro que hoje vivenciamos concretamente, descreviam a tendência natural do desenvolvimento capitalista, detectável pela simples observação das leis que o regem, por mais assustadoramente reais que estas palavras, escritas há 157 anos, possam parecer nos tempos da “globalização”.

O capitalismo é um modo de produção absolutamente dinâmico, que possui a característica de revolucionar constantemente as forças produtivas e, com elas, as relações de produção, na busca de criar um “mundo à sua imagem e semelhança”. Entretanto, acima de qualquer mudança, parece trabalhar no sentido de manter certas estruturas básicas de seu funcionamento, trabalho este que se denomina reprodução do modo de produção da vida social. Dito de outro modo: apesar de sofrer alterações significativas, motivadas pelo avanço das forças produtivas e de sua sempre eterna contradição com as relações de produção, reproduz o que poderíamos chamar de núcleo rígido, necessário à sua caracterização e manutenção.

Esta estrutura dinâmica foi apreendida por Vladimir Ilich Lênin, nos anos anteriores à Revolução de Outubro de 1917, que diagnosticou uma nova fase do capitalismo de sua época que, a partir da obra de outros autores como Hilferding,² Hobson³ e Bukhárine,⁴ denominou de “Imperialismo, fase superior do capitalismo”. Para o grande líder da Revolução Russa, a análise das formas econômicas que o capitalismo havia assumido naquele momento histórico e que o diferiam dos tempos em que Marx escrevera o seu *Das Kapital*, tinha uma função prática: conhecer a conjuntura internacional do capitalismo, com o fim de poder precisar as táticas concretas que o proletariado mundial, e significativamente o russo, deveriam adotar na busca do objetivo estratégico supremo da construção do socialismo.

Trata-se de uma obra de análise político-econômica, onde Lênin se abstém de propor formas de ação concreta, como havia feito no seu clássico *Que Fazer*, e em tantos outros escritos de sua volumosa obra teórica porque, como ele mesmo ressaltou em seu prefácio,

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 8-9.

² HILFERDING, Rudolf. **Das Finanzkapital**: eine studie über die jüngste entwicklung des kapitalismus. Viena, na revista Neue Zeit, 1955.

³ HOBSON, John A. **Imperialism**. London: Allen and Unwin, 1948.

⁴ BUKHÁRINE, Nicolai. **O imperialismo e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

A brochura foi escrita tendo em conta a censura czarista. Por isso, não só me vi forçado a limitar-me estritamente a uma análise exclusivamente teórica – sobretudo econômica – como também tive de formular as indispensáveis e pouco numerosas observações políticas com a maior prudência.⁵

Na década de 70 do século passado, arrastando-se por uma parte da década de 80, o modo de produção capitalista, principalmente nos países de capitalismo avançado, conheceu uma crise de natureza estrutural, caracterizada por baixo investimento e fraco crescimento, desemprego massivo, inflação acelerada, redução no desenvolvimento das forças produtivas (tecnologia), estagnação na remuneração da força de trabalho e diminuição da rentabilidade do capital constante.

Entretanto, a partir da década de 90 do século passado, principalmente nos Estados Unidos da América, houve uma aparente reversão neste quadro de estagnação. Impulsionaram-se as forças produtivas com a criação de novas tecnologias ligadas ao setor informacional, tanto ao nível do hardware como do software, que revolucionaram principalmente as formas de gestão da produção nas grandes empresas. Desapareceram (ou foram mascarados), principalmente naquela nação, os elementos que caracterizaram a crise anterior, com o aumento da taxa de lucros, da produtividade do trabalho (decorrente da diminuição do tempo destinado ao trabalho necessário, em virtude do emprego das novas tecnologias), diminuição das taxas de desemprego, retomada do crescimento etc. Em contraste com este quadro, agudizaram-se as contradições do capitalismo nos países subdesenvolvidos, onde o desemprego estrutural, a pauperização de grandes massas do proletariado e a proletarização de camadas expressivas da burguesia nacional, aliados às elevadas taxas de juros financeiros que transferem grandes somas de mais-valia aqui produzida para os países do norte, acabaram por evidenciar ainda mais o parasitismo da nova fase, deixando claro a todos que a grande miséria da globalização foi a globalização generalizada da miséria.

Ao que se deve tal reversão? Haveria uma base econômica concreta a fundamentar este surto americano? Como os EUA mantêm o desenvolvimento de suas forças produtivas? Como pode sustentar o seu desenvolvimento em detrimento de todos os outros países capitalistas desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento?

Muitos analistas, a exemplo de Gerard Duménil e Dominique Lévy,⁶ atribuem esta superação da crise às mudanças de políticas que, no final dos anos 1970, desenvolveram na grande nação do norte (durante o governo do presidente Ronald Reagan), e na Grã-Bretanha (sob o comando da “Dama de Ferro”, Margaret

⁵ LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. *In: Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos*. Moscou: Editorial Progresso, 1977, p. 579. Vol. 1

⁶ DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique. “Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo”. *In: Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, pp. 15-41.

Thatcher), o monetarismo e o neoliberalismo, elevando as taxas de juros a níveis sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial, beneficiando com isso um fluxo crescente de investimentos financeiros nestes dois países, com predominância dos Estados Unidos. A gestão das empresas haveria sido reorientada em direção aos interesses dos acionistas e os lucros redistribuídos. A bolsa de valores atingira níveis de alta constante e o capital reencontrou a mobilidade que havia, em parte, perdido, desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Outros, como François Chesnais,⁷ partindo de um referencial teórico identificado na teoria da regulação, se referem a um “regime de acumulação com dominância financeira”, ou seja, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e externa do capital financeiro, que só pode beneficiar os EUA em particular, em razão da sua posição hegemônica mundial, em detrimento de todos os outros países de capitalismo avançado ou não. Ressalta Chesnais a formação de uma “bolha financeira”, iniciada por um “golpe de Estado”, decorrente do aumento da taxa de juros reais sobre os bônus do Tesouro Nacional dos EUA, que passou em alguns meses de 2-3% a 10-12% no início dos anos 1980, reconstituindo a hegemonia do capitalismo financeiro, que havia de alguma forma sido paralisada a partir do *New Deal*. Para ele, a “bolha financeira” tem sido patrocinada não pela economia real dos EUA, mas pelo “afluxo de mais-valia parasitada do setor produtivo dos países-fonte de fluxos do capital-dinheiro” em direção a Wall Street e à Nasdaq, que ao alimentarem o mercado de ações, acabam por sustentar sua tendência de alta estável, lhes fornecendo uma substância “real”.

István Mészáros⁸ segue, mais ou menos, a mesma linha de Chesnais, ressaltando a posição privilegiada que os EUA assumiram na presente fase do imperialismo (por ele denominado “Imperialismo Global Hegemônico”), com pretensões de se estabelecer mundialmente como “Estado do Sistema do Capital em si”, apesar da impossibilidade estrutural de tal façanha, o que não impede que sua ação belicista seja direcionada neste sentido. Para Mészáros o capitalismo não pode “superar” a crise estrutural (em oposição às crises meramente conjunturais), mas somente “postergá-la” (o que ele chama de “protelação forçada”), agravando ainda mais as contradições do capital, trazendo consigo um perigo ainda maior para a própria sobrevivência da humanidade. A posição estadunidense neste novo quadro é mantida por uma política belicista, baseada principalmente na “chantagem atômica”, como forma de manter os privilégios mundiais de suas empresas transnacionais (com base nacional e atuação internacional), e não simplesmente multinacionais (no sentido de desterritorialização).

⁷ CHESNAIS, François. A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003, p. 43-70.

⁸ MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

Immanuel Wallerstein⁹ difere um pouco dos anteriores. Para ele, após a Segunda Guerra Mundial, através do Acordo de Ialta, os EUA e a URSS haveriam partilhado o mundo em dois campos distintos, tendo o primeiro obtido a hegemonia político-militar-econômica do bloco ocidental, pela sua posição privilegiada no conflito. Entretanto, na década de 1960, a Europa Ocidental e o Japão haviam reconstruído seu sistema produtivo e reaquecido sua economia, tornando seus produtos competitivos frente aos estadunidenses, ocupando amplas fatias do mercado mundial antes hegemonizado pelos americanos. Esta recuperação da economia japonesa e européia, associada aos movimentos contestatórios de 1968, e tendo como marco, no início dos anos 1970, a elevação do preço do petróleo pela OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo ingressaram o capitalismo mundial em um longo período de estagnação, caracterizado como a *fase B* de um *Ciclo de Kondratiev*, que, diante da ausência de oportunidades de lucro na esfera produtiva, teve como efeito uma “migração vertiginosa dos capitais-dinheiro em direção aos investimentos financeiros especulativos”. A especulação seria a contrapartida da queda da rentabilidade do capital real e longe de estarmos vivenciando um momento de ascendência na economia americana, ainda estaríamos por entrar na *fase A* de um novo *ciclo de Kondratiev*, caracterizado por prosperidade e superação da crise.

É neste contexto que a obra de Lênin *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* reaparece fulgurante, gerando a curiosidade de diversos setores preocupados em compreender os movimentos que levaram neste início de século a uma “reestruturação hegemônica do capitalismo de tipo financeiro” na economia mundial, a exemplo do que já ocorria na época de Lênin (guardadas as devidas proporções), e que havia aparentemente sido revertido (ou simplesmente adormecido), principalmente com a eclosão da Revolução Russa e, posteriormente, com os tratados de *Breton Woods* (que favorecera a retração das finanças em favor da produção, através da ratificação de políticas keynesianas que desde 1932 o presidente Roosevelt vinha aplicando à economia norte-americana), e *Ialta*, que praticamente dividira o mundo entre as duas grandes potências que haviam sobrevivido a Segunda Grande Guerra. Na seqüência, o artigo irá situar as características básicas do capitalismo no século XIX, na época em que Marx escreveu o seu *Das Kapital*.

2 O capitalismo na época de Marx

A segunda metade do Século XIX é marcada pela consolidação do forte impulso das forças produtivas que desde meados do século XVIII, principalmente na Inglaterra,

⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. *In: Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p. 71-92.

vinha sendo chamada de Revolução Industrial e que se caracterizara pela substituição das formas artesanais e manufatureiras de produção por formas mecanizadas. Um dos grandes avanços do período foi o aperfeiçoamento, por James Watt, em 1790, da máquina a vapor, que possibilitou imediatamente a utilização de barcos a vapor e que, em 1895, daria origem à locomotiva a vapor. A utilização do vapor foi absolutamente revolucionária no sentido que iniciou o sepultamento das primitivas formas de produção pré-capitalistas.¹⁰

A energia mecânica se desenvolvia com uma velocidade incrível: no ano de 1712 inventou-se uma máquina a vapor que desenvolvia uma força equivalente à de 56 homens. Em 1772 apenas uma máquina produzia a força de 775 homens. Em 1871 chegou a substituir a força de 20.000 homens. Já em 1890, apenas uma máquina fornecia 234.000 vezes a força de um homem. Em meados do século XX surgiu a turbina que, em suas formas iniciais, era capaz de trabalhar 24 horas por dia, produzindo a força de 9 milhões de homens.¹¹

Toda esta energia rapidamente foi canalizada para uma das mais espetaculares novidades de todos os tempos na história da humanidade: a *fábrica capitalista*. Ela substituiu as oficinas de artesãos, criava novas formas de relações sociais e com elas toda uma superestrutura política, ideológica e jurídica. A utilização constante das máquinas ocasionou uma nova divisão do trabalho, com o conseqüente aumento da produção e reconfiguração das relações sociais; ocasionou o crescimento urbano e o abandono da vida campesina; arruinou os artesãos incapazes de competir com as novas indústrias; expandiu o sistema colonial, com o objetivo de angarear matérias-primas e mercados consumidores, potencializou o desenvolvimento de meios de transporte e meios de comunicação; expandiu o sistema capitalista por todos os rincões do mundo conhecido e, enfim, deu origem a duas classes antagônicas que iriam protagonizar a cena política dos últimos séculos: a burguesia industrial e o proletariado, o núcleo fundamental do sistema capitalista (nível da produção), em torno do qual se agregariam outras formas como o capitalismo financeiro e o capitalismo mercantil (encarregado da esfera da circulação).

Marx percebeu que o capitalismo se fundamentava na propriedade privada dos meios de produção pela classe capitalista e na propriedade da mercadoria-trabalho por parte do proletariado, divisão esta que havia surgido principalmente sob o influxo da chamada acumulação primitiva do capital. Esta divisão se fundamenta em uma desigualdade econômica estruturalmente articulada com uma igualdade jurídica. A

¹⁰ Comparada à máquina a vapor e posteriormente à invenção da eletricidade, do rádio, do telefone, do automóvel, do avião, do ônibus espacial e da bomba atômica, a “internet”, proclamada por tantos como a mais revolucionária das invenções modernas, empalidece de vergonha!

¹¹ PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida**: da idade moderna à atualidade. São Paulo: Ática, 1989, p. 42. Vol. 4.

desigualdade econômica originária busca seu fundamento exatamente na divisão entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho, que confere a estes últimos a dupla liberdade a que se referia Marx: a liberdade de vender sua força de trabalho ao capitalista ou a liberdade de morrer de fome. Por outro lado, a igualdade jurídica (formal), iguala todos os homens no mercado como possuidores de mercadorias (força de trabalho) que podem ser livremente negociadas, compradas e vendidas.

Por outro lado, Marx percebeu que o capital não era uma coisa, mas uma relação social (expansiva) que tomava a forma de coisa, ou seja, que era fetichizada, não permitindo que os homens compreendessem a sua real natureza:

[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que se configura em uma coisa e lhe empresta um caráter social específico. [...] São os meios de produção monopolizados por um certo setor da sociedade, que se confrontam com a força de trabalho viva enquanto produtos e condições de trabalho tornados independentes dessa mesma força de trabalho, que são personificados, em virtude dessa antítese, no capital. [...] Estamos, portanto, no caso, diante de uma determinada forma social, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo de produção historicamente produzido.¹²

Esta relação social é uma relação dialética (tese e antítese). Mas em toda relação dialética a síntese preserva algo tanto da tese quanto da antítese, indo se assentar em um nível superior. Realmente, deste confronto, na produção, entre os meios de produção (capital constante ou morto) e a força de trabalho (capital variável ou vivo), a síntese, o produto, sempre há de incorporar valores referentes ao capital constante e ao capital vivo. Na produção da mercadoria se esgotam os valores dos meios de produção que são incorporados, transferidos.¹³ Mas é somente o trabalho vivo que incorpora sobre-valor ao produto, gerando o que chamamos de mais-valia, ou seja, o lucro do capitalista. Portanto, Marx caracteriza este circuito pela fórmula $D-M-D'$, onde $D' = D + "D"$, sendo "D a mais-valia.

¹² MARX, Karl. **El capital**: crítica de la economía política. Madrid: M. Aguilar-Editor, 1931. Vol. III, Capítulo XLVIII.

¹³ Simon Mohun explica-nos o caráter dialético do processo, que prevê destruição (negação) por um lado, preservação por outro e síntese em níveis superiores, no processo de produção: "As matérias-primas são totalmente consumidas, portanto perdem a forma sob a qual entraram no processo de trabalho; o mesmo ocorre com os instrumentos de trabalho (embora o desgaste desses instrumentos possa se prolongar por vários ciclos de produção). O resultado é um novo valor de uso: valores de uso de um tipo são transformados pelo trabalho em valores de uso de outro tipo. [...] Mas, como o processo de produção é também de transformação dos valores de uso, quando os valores de uso dos meios de produção são consumidos, seu valor é transferido para o produto. Assim, o valor dos meios de produção é preservado no produto: uma transferência de valor mediada pelo trabalho [...]". In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 45, verbete "capital".

D e D' significam, respectivamente, dinheiro e mais dinheiro (sobre-valor/dinheiro, onde já se incorporou o lucro). M significa mercadorias. Esta fórmula expressa que o capitalista adianta dinheiro (D = capital-dinheiro), para comprar mercadorias (M) que serão empregadas no circuito da produção, valorizando o produto, cuja consequência necessária, no momento da realização, será a obtenção do capital empregado mais o sobre-valor, o lucro ou mais-valia (D'). Se quisermos ser mais precisos, poderíamos desenvolver esta fórmula pormenorizadamente como:



Nesta fórmula mais extensa, a mercadoria (M) foi especificada como MP (meios de produção) e FT (força de trabalho), e P o processo de produção que transforma as mercadorias M em mercadorias de maior valor (M'), que serão realizadas na circulação por D' (capital investido + sobre-valor). Desta forma se visualiza a natureza auto-expansiva do capital.

O quadro anterior especifica o que se denomina circuito do capital, no qual o capital é um valor que sofre uma série de transformações, cada uma das quais corresponde a uma função determinada no processo de valorização. O capital-dinheiro e o capital-mercadoria pertencem à esfera da circulação, ao passo que o capital produtivo pertence à esfera da produção.

Como veremos adiante, podemos falar em um capital produtivo, em um capital mercantil e em um capital financeiro. Mas o único que tem a característica de produzir valor é o capital produtivo ou industrial. O capital financeiro adianta ao capital produtivo, em forma de crédito, o dinheiro-capital necessário para o ativamento da produção. Os juros que percebe a título de remuneração do crédito concedido não têm vida própria e não constituem lucro de per si. Na verdade o que há é uma transferência de uma parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo para o capital financeiro na forma de taxa de juros, o que demonstra a forma absolutamente parasitária deste tipo de capital. O capital mercantil também não possui a finalidade de incorporar valor aos produtos, mas de realizá-los na esfera da circulação. O comerciante remunera vendedores, balconistas, atendentes, contadores e outros trabalhadores. Mas estes trabalhadores (chamados de improditivos em oposição aos trabalhadores produtivos) não possuem a função de incorporar valor a mercadoria, mas somente de facilitar a atividade do mercantilista. Também o seu lucro advém da transferência de uma parte da mais-valia incorporada na produção à mercadoria que comercia. Em conclusão, o lucro líquido que o industrial embolsa é D' com a subtração dos valores devidos ao capital financeiro, pelo crédito concedido, e ao capital mercantil pela necessária realização das mercadorias. Dizia Marx:

[...] o capital industrial é o único modo de existência do capital no qual não só a apropriação da mais-valia, ou produto excedente, mas também a sua criação é uma função do capital. Assim, a produção tem de ter caráter capitalista; sua existência implica a existência do antagonismo de classe entre capitalistas e trabalhadores assalariados [...] as outras variedades de capital que aparecem antes do capital industrial, em condições sociais de produção ultrapassadas ou em declínio, não só a ele estão subordinadas, sendo por isso, correspondentemente alteradas no mecanismo de seu funcionamento, como agora só se movimentam com base no capital industrial, e assim vivem e morrem, ficam de pé ou caem, junto com ele.¹⁴

É por isso que veremos, mais adiante, a falácia dos teóricos que, impressionados com o desemprego estrutural, absolutamente previsível no modo de produção capitalista (lei da tendência decrescente da taxa de lucro), atribuem à presente época, o fim do trabalho como uma conseqüência inevitável de nosso tempo. Ora, no dia em que o capitalismo prescindir do trabalho, estaremos diante de qualquer outro modo de produção, menos do capitalista.

Outro fator imprescindível para compreendermos o funcionamento do capitalismo, principalmente o do século XIX, é a concorrência, tanto que muitos historiadores se referem a esta fase como período do capitalismo concorrencial. Para se compreender o significado exato da concorrência, se faz necessário recorrer ao conceito marxista da lei da tendência decrescente da taxa de lucros, acima referida.

Como já exposto, o capital é valor em movimento, ou seja, um valor que se auto-expande. A busca do lucro é inerente ao capital. Naturalmente, o lucro que será obtido por cada capital em particular é fruto da concorrência, mas não se pode obter mais do que o valor que foi incorporado no processo da produção, visto que o momento da circulação não possui a característica de criar valores. Na disputa pelo lucro, cada capitalista em particular atua em duas frentes: a) uma frente de exploração contra o trabalho assalariado; b) uma frente de concorrência por melhores condições no mercado, contra outros capitalistas, na esfera da circulação.

Quando atua concorrendo com outros capitalistas, necessita oferecer produtos melhores (qualitativamente superiores), e mais baratos (com menor custo) ao mercado, como forma de “ganhar” a preferência do consumidor. Para que ele possa oferecer estes produtos qualitativamente superiores e mais baratos ele necessita reduzir os custos unitários de produção, o que se realiza aumentando a produtividade tanto do capital constante (meios de produção) quanto do variável (força de trabalho), e para tanto ele recorre à mecanização da linha de produção. A mecanização acelera o ritmo da produção, obtendo produtos unitários com menor custo. A fórmula seria:

¹⁴ MARX, Karl. *El Capital*. Op. cit., Vol. II, Capítulo I.

quanto maior o volume de capital constante por produto unitário, maior produtividade e menor custo unitário.¹⁵

Entretanto, o aumento da produção ocasionado pelo processo de mecanização aumenta a oferta, fazendo cair as margens de lucro do capitalista individual. Obtém-se uma margem de lucro menor, mas que é compensada através da dominação mais ampla dos mercados. Como se vê, os capitalistas individuais que não se insiram neste processo constante serão “engolidos” pelos demais, o que dá origem à outra regra do capitalismo chamada centralização do capital, que em níveis mais elevados vai dar origem à monopolização dos mercados, característica principal do capitalismo do início do século XX.

A concorrência capitalista, como se vê, além de ser fator importante na fixação do preço e da taxa de lucros, é um processo contraditório, no sentido em que conduz à centralização do capital nas mãos de uns poucos empresários que passam a dominar todo o mercado nacional e internacional. Como veremos, estes grandes monopólios formam cartéis e trustes que partilham o mundo entre si.

3 O capitalismo na época de Lênin

A virada do século XIX para o século XX, presencia o avanço das forças produtivas que impulsionaram a formação de novas relações de produção aptas a se adequar à nova realidade. A estrutura e os pilares básicos do capitalismo são mantidos, mas assumem novas formas, aperfeiçoadas. A propriedade privada individual, por exemplo, já não era capaz de acompanhar o ritmo que os grandes negócios transnacionais lhe imprimiam, nem suportar a grande concentração e centralização do capital. As sociedades anônimas, a despeito de já existirem no capitalismo concorrencial em estado gendarme, surgem como a grande novidade, a grande inovação destinada a cumprir um duplo papel: 1) realizar a centralização de somas incalculáveis de capitais,¹⁶ e 2) ocultar, ideologicamente, as relações de separação entre possuidores do capital e da força de trabalho,¹⁷ como sugeria Lênin:

¹⁵ A idéia é que apenas um trabalhador (capital variável) possa operar uma quantidade de capital constante (máquinas) maior, que produza uma quantidade imensa de produtos unitários, o que seria impossível com ferramentas ultrapassadas.

¹⁶ Com o aparecimento das S/As, grandes somas de dinheiro em reserva (poupança), antes depositados em instituições financeiras a taxas de juros diminutas, se converteram em capital acionário. Quem adquire ações de uma sociedade anônima pode esperar uma taxa de lucros maior sobre seu dinheiro do que se depositasse em uma poupança em uma instituição financeira, apesar de ficar subordinado às flutuações do mercado. A propriedade de ações outorga direitos ao recebimento de uma parcela *pro-rata* dos lucros obtidos sob a forma de lucros distribuídos (dividendos), mas o acionista acaba sendo vítima do processo de centralização do capital, visto que aquela soma é incorporada ao capital total da empresa, perdendo o acionista o direito de dispor livremente do seu capital (*jus utendi, fruendi et abutendi*), visto que a sua gestão não lhe incumbe, mas sim aos diretores da S/A. que lhe dão destinação conforme o seu entendimento.

Com efeito, a experiência demonstra que basta possuir 40% das ações para dirigir os negócios de uma sociedade anônima, pois uma certa parte dos pequenos accionistas, que se encontram dispersos, não tem na prática possibilidade alguma de assistir às assembléias gerais, etc. A “democratização” da posse das ações, de que os sofistas burgueses e os pretensos “sociais-democratas” oportunistas esperam (ou dizem que esperam) a “democratização do capital”, o aumento do papel e importância da pequena produção, etc., é na realidade um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira. Por isso, entre outras coisas, nos países capitalistas mais adiantados ou mais velhos e “experimentados”, as leis autorizam a emissão de ações pequenas.¹⁸

As sociedades anônimas inauguram uma fase dominada por aquilo que Marx chamava de capitais fictícios,¹⁹ que geram duplicações do capital destituídas de bases econômicas reais e que seriam o gérmen do que hoje entendemos por especulação no mercado de ações. Lênin ressaltava que, na Alemanha, a lei não

¹⁷ A função ideológica consistiu na aparente socialização da “propriedade dos meios de produção” que se operava, na medida em que amplas parcelas da sociedade e do proletariado podiam agora participar dos lucros obtidos pelas grandes S/As. na qualidade de acionistas, o que induzia ao pensamento de que o binômio burguesia/proletariado estava enfim superado. Uma nova classe universal surgiria na medida em que todos seriam “acionistas” de empresas capitalistas. A falsidade desta afirmação é flagrante. A sociedade anônima não socializa a propriedade dos meios de produção, visto que os pequenos acionistas perdem a gerência do capital-dinheiro investido em prol dos gestores da empresa. A experiência demonstra que basta a centralização de mais ou menos 35% das ações para se manter o controle diretivo absoluto, estabelecendo-se vantagens excepcionais como “pro labores” elevadíssimos. Antes de ser instrumento de socialização dos meios de produção, é antes um espetacular instrumento de centralização do capital, que imobiliza grandes parcelas de capitalistas que se transformam em investidores (*rentiers*), em prol de uns poucos capitalistas muito ricos.

¹⁸ LÊNIN, V. I. “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. In: **Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos**. Op. cit., p. 612.

¹⁹ Capital fictício é um capital excedente ao real, ou seja, um capital que não possui existência real no patrimônio total da empresa. Por um lado, têm-se o capital total da empresa constituído pelo capital-dinheiro, pelo capital-reserva, pelo capital permanente (maquinários, instalações etc), cujo valor está expresso nas ações da S/A. Mas estas ações, conforme as oscilações da Bolsa de Valores podem ser comercializadas pelo dobro ou pelo triplo do valor real da empresa, o que pode gerar um saldo em muitas vezes superior ao total do capital real. Duncan Foley explica como o preço das ações pode exceder ao valor do capital realmente investido nas operações da empresa: “Suponhamos, por exemplo, que uma firma que não tem dívidas e não tem impostos a pagar, disponha de Cz\$100 milhões em capital e realize a taxa média de lucro de 20% ao ano, obtendo um lucro de Cz\$20 milhões anuais. Suponhamos que haja um milhão de ações emitidas, cada qual com o direito a Cz\$20,00 por ano de lucro. Se a taxa de juros sobre os empréstimos for de 5% ao ano, e o risco do fluxo de dividendos levar os investidores a exigirem um retorno de 10% ao ano para as ações, cada uma delas terá o preço de Cz\$200,00 e o milhão de ações o preço de Cz\$200 milhões. Os Cz\$100 milhões pelos quais o preço das ações excede aos Cz\$100 milhões de capital real são chamados por Marx de capital fictício” In: **BOTTOMORE**, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 82, verbete “crédito e capital fictício”.

permitia ações com valores inferiores a mil marcos, e que “os magnatas financeiros” lançavam os olhos “com inveja para a Inglaterra, onde a lei consente ações até 1 libra esterlina”,²⁰ o que favorece a criação de volumes de capital fictício em muitas vezes superior ao capital real de uma S/A:

Siemens, um dos industriais e “reis financeiros” mais poderosos da Alemanha, declarou em 7 de junho de 1900, no Reichstag, que “a ação de 1 libra esterlina é a base do imperialismo britânico”. Este negociante tem uma concepção consideravelmente mais profunda, mais “marxista”, do que é o imperialismo do que certo escritor indecoroso que se considera fundador do marxismo russo e supõe que o imperialismo é um defeito próprio de um povo determinado...²¹

O crédito²² substituiu em larga escala o capital-dinheiro na circulação de valores, reduzindo os custos de manutenção do valor da mercadoria-dinheiro e acelerando a rotatividade do capital em uma nova era de negócios transnacionais. As instituições financeiras, tradicionalmente encarregadas da centralização dos créditos aos capitalistas,²³ assumiram uma importância gigantesca na medida em que passaram a centralizar grandes somas de capital-dinheiro e a possuir informações privilegiadas

²⁰ LÊNIN, V. I. “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. In: **Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos**. Op. cit., p. 612.

²¹ *Ibidem*.

²² Duncan Foley explica: “Em sua forma mais simples a venda de uma mercadoria consiste da sua troca por dinheiro. O vendedor pode, porém, aceitar, em lugar do dinheiro propriamente dito, a promessa de pagamento futuro. Nesse caso, ele concede *crédito* ao comprador, e ambos estabelecem uma nova relação como *credor e devedor* até que a promessa de pagamento seja cumprida. O devedor pode pagar ao credor transferindo-lhe dinheiro, e, nesse caso, o dinheiro funciona como meio de pagamento. Mas em sistemas de crédito bem desenvolvidos, os devedores muitas vezes pagam passando a seus credores promessas de pagamento de outros agentes [...] assim, o crédito substitui o dinheiro na circulação de mercadorias e na transferência de valor. O crédito reduz os custos de manutenção do valor da mercadoria dinheiro e acelera a rotatividade do capital”. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 81, verbete “crédito e capital fictício”.

²³ Mais uma vez Foley: “Os bancos centralizam o crédito para as empresas capitalistas. Em lugar de os capitalistas individuais concederem crédito uns aos outros e incorrerem nos custos da coleta e nos riscos da perda inerentes às transações de crédito, eles podem todos conceder crédito a um banco sob a forma de depósitos e obter crédito do banco na medida em que dele necessitem, sob a forma de empréstimos. Alternativamente, o banco pode realizar o mesmo objetivo endossando ou ‘aceitando’ promessas de pagamento de capitalistas individuais, comprometendo-se a pagar com os fundos do banco se o emissor original não o fizer. Esse processo substitui o crédito do devedor original pelo crédito bancário. [...] O banco obtém lucro nessas transações emprestando a uma taxa de juros mais alta do que a taxa que paga pelos empréstimos que recebe, ou, no caso de aceites, ‘descontando’ as promessas de pagamento particulares, ou seja, aceitando-as por um valor menor do que seu valor nominal e cobrando-as por esse valor nominal”. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 81, verbete “crédito e capital fictício”.

sobre a movimentação financeiras das empresas. O crédito financeiro criou uma rede de interdependências gigantesca, o que gerou um quadro de instabilidade permanente, na medida em que a quebra de uma instituição financeira pode gerar um abalo de crédito nacional ou mundial, arrastando consigo uma infinidade de capitalistas produtivos de pequeno, médio ou grande porte, o que explica as intervenções imediatas que os Estados e seus Bancos Centrais realizam em bancos privados às vésperas da decretação de sua quebra, com injeções gigantescas de dinheiro, como forma de manter a estabilidade do sistema capitalista.²⁴ O mesmo processo se opera com as grandes empresas e com a flutuação dos negócios das bolsas de valores, que afetam a economia em sua totalidade.

A concorrência, que na época de Marx era um dos pilares fundamentais do sistema capitalista, assume uma forma qualitativamente diferente. Se não é de todo abolida, perde terreno para a grande monopolização por uma dúzia de grandes empresas que partilham os mercados mundiais em seus gabinetes, formando sindicato, trustes e cartéis encarregados da administração destes negócios através da partilha do mundo. A livre concorrência entre capitalistas tornou-se uma doce lembrança do século XIX.

Por outro lado, surgiu uma “aristocracia operária”, formada por técnicos bem remunerados, encarregados da gestão e administração das grandes S/As e do sistema financeiro que, partilhando da visão de mundo da burguesia, colaboraram ativamente com o sistema, empregando seus conhecimentos técnicos na otimização da exploração dos trabalhadores produtivos, diminuindo sensivelmente o tempo do trabalho necessário e aumentando, conseqüentemente, as somas de mais-valia incorporadas aos produtos.

Os Estados coloniais se lançam a uma corrida de re-partilha do mundo conforme aos interesses das suas grandes empresas *transnacionais* – no sentido de possuírem uma base nacional cujos interesses são defendidos por um Estado Nacional – e não *multinacionais* – que teriam o significado de empresas desterritorializadas – que levaria em 1914 a um confronto mundial causador de imensas perdas humanas e sociais. Como bem caracterizava Bukhárine:

²⁴ O capitalismo é um sistema que necessita de regulações internas e externas. O Estado assume esta função de regulador externo das crises do capital. Daí a falácia dos que defendem um capitalismo que prescindiria do Estado. No Brasil, durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi uma constante a intervenção do Estado em instituições financeiras mal geridas por seus administradores (leia-se “calotes”), que poderiam gerar instabilidade financeira generalizada. Não podemos nos esquecer que, como diziam Marx e Engels no Manifesto, o executivo de todo Estado é um comitê de gestão dos negócios comuns de toda a burguesia. Ou seja: os negócios comuns à estabilidade do capital como um todo, visto que o conflito entre capitalistas individuais é uma constante natural ao sistema de concorrência e centralização do capital. Em geral, o Estado trabalha para a defesa da estabilidade dos interesses universais do capital, apesar de em algumas vezes se tornar refém de algum capitalista individual, nos porões de Brasília.

O capital financeiro é, certamente, a forma de capital mais penetrante, que, como a natureza, sofre disso que outrora chamava-se de *horror vacui*, e sente necessidade de encher qualquer vazio que encontre, nas regiões “tropicais”, “temperadas” ou “polares”, desde que o lucro jorre em quantidade suficiente.²⁵

Em suma e de forma resumida, este era o quadro que Lênin presenciava no início do século XX, quando em 1916 escreveu o seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Sua análise o levava a considerar a Rússia como o “elo fraco” do imperialismo mundial e a considerar que a Revolução Proletária poderia se dar imediatamente naquele país, sem a necessidade prévia de uma revolução burguesa. A burguesia nacional russa era fraca, cambiando entre momentos de submissão e momentos de alinhamento ao *Tzar*, e o proletariado não poderia mais esperar por sua iniciativa. Esta era a tática defendida por Lênin, no interior do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos (POSDR),²⁶ naqueles tempos pré-revolucionários.

4 As cinco características do Imperialismo

Lênin apontava em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* que “Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”.²⁷ Porém esta definição era para o próprio Lênin incompleta, que entendia o imperialismo como um desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral, caracterizado por cinco pontos fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

A concentração da produção e do capital e o surgimento dos monopólios. Primeiramente se faz necessário diferenciar os processos de concentração e de

²⁵ BUKHÁRINE, Nicolai. **O imperialismo e a economia mundial**. Op. cit., p. 71.

²⁶ Uma cisão político-ideológica levaria a uma divisão interna no POSDR, formando-se dois grupos distintos: os *mencheviques*, ideologicamente oportunistas e liderados por Martov e Plekhanov; e os *bolcheviques*, politicamente revolucionários, liderados por Lênin, que conduziriam o processo revolucionário no turbulento ano de 1917.

²⁷ LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos**. Op. cit., p. 641.

centralização do capital em Marx, visto que Lênin parece ter utilizado o termo “concentração” de forma bastante genérica. A concentração do capital diz respeito à acumulação capitalista em relação ao processo de trabalho, enquanto a centralização diz respeito à concentração através da concorrência e do crédito. A concorrência tende a engolir os capitalistas mais fracos, que se negam ou não conseguem implementar tecnologias adequadas à diminuição dos custos unitários de produção, enquanto a possibilidade de acesso ao crédito permite ao forte engolir o deficiente na relação.

A concentração do capital, que se iniciara com a própria acumulação primitiva contra os trabalhadores, nos processos de concorrência entre capitalistas individuais tende a gerar uma centralização, onde os capitalistas que possuem melhores tecnologias e acesso facilitado ao crédito conseguem diminuir o custo real de sua produção, arruinando os capitalistas menores que não conseguem acompanhar os preços, até mesmo através dos processos de *dumping*:

É também conhecido o sistema, próprio dos cartéis e do capital financeiro, de “exportação a preço infimo”, o *dumping*, como dizem os ingleses: no interior do país, o cartel vende os seus produtos a um preço monopolista elevado, e no estrangeiro coloca-os a um preço baixíssimo, com o objectivo de arruinar o concorrente, ampliar ao máximo a sua própria produção, etc.²⁸

Daí o caráter contraditório da concorrência capitalista que inevitavelmente tende à monopolização dos mercados. O monopólio dos mercados, ou seja, a concentração da produção nas mãos de uns poucos capitalistas é a primeira das características essenciais do imperialismo: “O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo”.²⁹

Há também que se diferenciar a concentração da produção da concentração do capital. Quando Lênin se refere à concentração da produção, está se referindo à concentração do capital produtivo nas mãos de uns poucos capitalistas que passam a deter grandes linhas de produção ou empresas interligadas ou holdings (que ele chama de combinação),³⁰ ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima ou desempenham um papel auxiliar umas em relação às outras. Já quando fala na concentração do capital, se refere à concentração do capital-dinheiro nas mãos das instituições financeiras, que passaram a desfrutar de um poder imenso

²⁸ *Ibidem*, p. 660.

²⁹ *Ibidem*, p. 586.

³⁰ *Ibidem*, p. 588.

com a centralização dos créditos. De qualquer forma, o que importa é que para Lênin, a “transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos”,³¹ sendo que o aparecimento do monopólio no capitalismo, em virtude da concentração da produção “é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo”:³²

Há meio século, quando Marx escreveu *O Capital*, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um facto.³³

Foi com a formação dos monopólios que o capitalismo se transformou em imperialismo. Os cartéis passaram a estabelecer acordos entre si sobre as condições de venda, os preços, os prazos de pagamento, as fatias do mercado etc. Já não se trata da concorrência entre capitalistas avançados e atrasados, grandes ou pequenos, mas do “estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade”.³⁴ Esta relação dos monopolistas com os demais capitalistas não pode ser qualificada de concorrência, pois concorrência não há. O que há é uma relação de dominação e violência interna, ou seja, entre capitalistas.³⁵ Os monopólios de produção se estabelecem com uma facilidade imensa, principalmente em locais onde a monopolização da extração de matérias-primas (primeiro estágio da produção) é facilitada.

O mesmo processo de concentração se opera com as instituições financeiras que passam a monopolizar o crédito, o capital-dinheiro. Primeiramente, é importante salientar a natureza do lucro extremo do capital financeiro, pois ele escapa à fórmula clássica que anteriormente descrevemos como D-M-D’ (ou D-M ... P ... M’ ... D’), ou seja, o *capital financeiro não possui a característica de auto-expansividade do capital produtivo*. No entanto, parece ser o capital de maior *rentabilidade* na atual fase do capitalismo.

A *forma fetichizada* D-D’, onde D representa o capital-dinheiro-financeiro e automaticamente é gerador de D’ (capital-dinheiro-financeiro + juros), é uma *forma*

³¹ *Ibidem*, p. 588.

³² *Ibidem*, p. 590.

³³ *Ibidem*, p. 590.

³⁴ *Ibidem*, p. 594.

³⁵ *Ibidem*, p. 595.

mística que induz ao pensamento de que *o dinheiro seria capaz de gerar dinheiro, através do processo da usura!* Marx, em *O Capital*, se referia a este processo:

Embora não seja senão uma parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista ativo extorque do operário, o juro aparece agora como o fruto propriamente dito do capital; inversamente, o lucro, que toma a forma de lucro de empresa, aparece como um simples acessório adicional, que é acrescentado durante o processo de reprodução. A forma fetichizada do capital e a representação do fetiche capitalista atingem aqui a sua apresentação mais acabada. A fórmula D-D' representa a forma sem conteúdo do capital, a inversão e a materialização das relações de produção elevadas à máxima potência: a forma produtora de juro, a forma simples do capital em que ele é a condição prévia de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de multiplicar o seu próprio valor, independentemente da reprodução, é a mistificação capitalista em sua forma mais brutal. É, portanto, no capital portador de juros que esse fetiche automático está claramente exposto: valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que engendra dinheiro; nessa forma, ele deixa de carregar as marcas de sua origem.³⁶

Na verdade, a superação deste misticismo nos faz enxergar o caráter parasitário do capital financeiro. O seu parasitismo advém do fato de que os juros representam na verdade uma transferência de uma parcela das taxas de mais-valia extorquidas aos trabalhadores pelo capitalista produtivo, ao capitalista financeiro, como remuneração pela concessão de crédito, por um determinado período. O processo será o mesmo quando nos referirmos à especulação financeira, principalmente em países como o EUA, que a despeito de muitos afirmarem que sua economia não possui uma base real, encontra muitas vezes sustentabilidade na exploração dos países em desenvolvimento através do pagamento da dívida externa, com a imposição de taxas de juros elevadíssimas, que transferem imensas massas de mais-valia provenientes da exploração dos trabalhadores urbanos e rurais destes países, para a manutenção dos lucros do capitalismo central. A concentração do capital-dinheiro nas mãos dos bancos, segundo Lênin, levou os capitalistas dispersos a constituir um “capitalista coletivo”,³⁷ cujo poder econômico é incomparável a qualquer outro, em qualquer tempo histórico:

Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza aparentemente uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a

³⁶ MARX, Karl. *El Capital*. Op. cit., Livro III, Capítulo XXIV.

³⁷ LÊNIN, V. I. “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. In: **Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos**. Op. cit., p. 601.

sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras – primeiro de conhecer com exactidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc.³⁸

A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste “capital financeiro”, da oligarquia financeira. O pior problema ocorre na medida em que os monopólios de produção (complexos industriais) e os monopólios de capitais (instituições financeiras) realizaram no início do século XX uma “união pessoal” dos bancos com as indústrias, e em grande escala uma “união pessoal” daqueles com o governo. Recentemente, em excelente documentário intitulado Fahrenheit 9/11, o polémico diretor americano Michael Moore, denunciou as ligações explícitas do ex-presidente George Bush, com empresas petrolíferas da Arábia Saudita, às quais presta assessoria, contando, como ex-presidente da CIA e ex-presidente dos EUA, de informações privilegiadas, inclusive sobre as operações militares daquela nação.

A junção dos capitais bancário e industrial acaba por gerar um encontro de vontades entre estes dois setores, originando ainda o que Lênin chamou de “oligarquia financeira”, que concentra e centraliza capitais principalmente sobre a base da especulação financeira:

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o rentier, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam directamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau supremo, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas de capital implica o predomínio do rentier e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os demais.³⁹

A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias. Lênin ressalta com veemência que “o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*, p. 619.

capital”.⁴⁰ Ora, a exportação de capitais para os países de capitalismo “atrasado” aumenta os lucros do capital financeiro, pois “nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias primas baratas”.⁴¹ Como o capitalismo amadureceu em excesso nos países centrais, há uma evidente estagnação de mercados que induz a uma tendência decrescente da taxa de lucros. Evidentemente que a exportação de capitais para os países carecedores tem como contrapartida o estabelecimento de cláusulas contratuais que estabelecem “exclusividades” nos mercados dos países devedores, dito de outro modo, o poder de conceder crédito substitui a livre concorrência:

É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos do país credor, em especial armamentos, barcos, etc., e, dessa forma a exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias.⁴²

A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si.⁴³ Os cartéis, sindicatos e trustes partilham entre si os mercados internos e os externos, pois “há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial”.⁴⁴ Lênin asseverava que já em 1907 os trustes americano e alemão do setor energético estabeleceram um acordo para a partilha do mundo onde a GEC-Companhia Geral de Eletricidade dos EUA, “recebia” os EUA e o Canadá e a AEG-Sociedade Geral de Eletricidade “recebia” a Alemanha, a Áustria, a Rússia,

⁴⁰ *Ibidem*, p. 621.

⁴¹ *Ibidem*, p. 622.

⁴² *Ibidem*, p. 624.

⁴³ O poeta e militante comunista chileno Pablo Neruda escreveu uma das mais belas páginas sobre a partilha do mundo pelas grandes empresas monopolistas: Quando soou a trombeta, ficou/ tudo preparado na terra,/ e Jeová repartiu o mundo/entre a Coca-Cola, a Anaconda,/ Ford Motors, e outras entidades:/ a Companhia Fruteira Inc./ reservou para si o mais suculento,/ a costa central de minha terra,/ a doce cintura da América./ Batizou de novo suas terras/ como “Repúblicas Bananas”,/ e sobre os mortos adormecidos,/ sobre os heróis inquietos/ que conquistaram a grandeza,/ a liberdade e as bandeiras,/ estabeleceu a ópera bufa:/ alienou os arbitrios,/ presenteou coroas de César,/ desembainhou a inveja, atraiu/ a ditadura das moscas,/ moscas Trujillos, moscas Tachos,/ moscas Carias, moscas Martinez,/ moscas Ubico, moscas úmidas/ de sangue humilde e marmelada,/ mas bêbadas que zumbem/ sobre as tumbas populares,/ moscas de circo, sábias moscas/ entendidas em tirania./ Entre as moscas sanguíárias/ a Fruteira desembarca,/ arrasando o café e as frutas,/ em seus barcos em que deslizaram/ como bandejas o tesouro/ de nossas terras submersas./ Enquanto isso, pelos abismos/ açucarados dos portos,/ caíam índios sepultados/ no vapor da manhã:/ um corpo roda, uma coisa/sem nome, um número caído,/ um ramo de fruta morta/ derramada no monturo. *In: Canto Geral*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 192-193.

⁴⁴ LÊNIN, V. I. “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. *In: Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos*. Op. cit., p. 625.

a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Bálcãs.⁴⁵ Aos que acreditavam que o capitalismo, naqueles dias, agia movido por uma especial perversidade ou “sadismo”, Lênin respondia que “Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros”.⁴⁶

O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. A importância do Estado para o capitalismo deve ser ressaltada até a exaustão, principalmente em tempos onde a falácia neoliberal, funcionalmente prega o “fim do Estado-Nação”, exatamente como forma de: 1) inibir a luta dos trabalhadores pelo poder político, induzindo ao entendimento de que o poder teria se “desterritorializado” e se “diluído” nas relações sociais, não sendo mais passível de ser atacado por um movimento revolucionário; e 2) enfraquecer todos os Estados-Nação frente a outro Estado-Nação, que por sua hegemonia bélica e financeira mundial, pretende se erigir, como ressalta István Mészáros, no Estado do capitalismo global.

O Estado é o mais importante regulador externo do capitalismo, principalmente em sua fase imperialista. O Estado é um agente de universalização dos interesses comuns de toda a classe burguesa (razão pela qual pode até contrariar os interesses de alguns capitalistas individuais em benefício do todo), concedendo-lhe inclusive o necessário poder militar para a realização das intervenções necessárias em territórios rebeldes.

Na época de Lênin, várias eram as potências imperialistas em condições de realizar uma “queda de braços” mundial, com um poder de fogo mais ou menos equilibrado, a exemplo principalmente da Grã-Bretanha, Alemanha, França e da jovem nação estadunidense. Esses Estados-Nação se constituíam em frentes militares de partilha do mundo entre as empresas monopolistas de cada país. A Primeira Guerra Mundial foi, em verdade, uma guerra imperialista, no sentido em que estas diversas nações e outras, realizaram uma guerra sangrenta destinada a uma “repartilha” do mundo em mercados a serem explorados.

Lênin asseverava que já não haviam territórios “vagos”, ou seja, que não pertencessem a nenhum Estado a serem ocupados por novos mercados, o que induzia ao interesse de uma repartilha do mundo entre as nações imperialistas, o que se dava principalmente através da obtenção de colônias. Claro que esta repartilha levada a cabo através das armas, pelos Estados imperialistas, tinha a finalidade de beneficiar as diversas burguesias nacionais, visto que “a particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões”.⁴⁷ A busca por matérias-primas, e principalmente por petróleo, tornavam, já naquela época, “mais encarniçada a luta pela aquisição de colônias”.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 627.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 631.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 637.

Além da dominação econômica dos mercados, a obtenção de colônias exercia importante papel político na medida em que servia como distensionador de conflitos sociais internos às grandes nações, como ressaltava Wahl, citado por Lênin:

Em conseqüência das crescentes dificuldades da vida, que não atingem somente as multidões operárias, mas também as classes médias, em todos os países de velha civilização estão a acumular-se impaciências, rancores e ódios que ameaçam a paz pública; energias desviadas do seu meio social, que é preciso captar para as empregar fora do país, se não quisermos que expludam no interior.⁴⁸

Para Lênin, as colônias não eram apenas os países politicamente comandados pelas metrópoles, mas também aqueles que, a despeito de possuírem uma independência meramente formal, política, se encontravam de tal forma enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática (diplomacia das canhoneiras), que podiam ser qualificados de “semicolônias”. Schulze-Gaevernitz citava a América do Sul, sobretudo a Argentina, que estava em tal grau de dependência financeira em relação à Londres, “que quase devemos qualificá-la de colônia comercial inglesa”.⁴⁹ Fica claro assim qual é o verdadeiro papel do Estado frente ao monopólio e a sua imprescindibilidade para a regulação dos interesses do capital.

Após realizar ácida crítica à concepção do imperialismo exposta por Kautsky, que fundamentalmente acreditava que o imperialismo traria uma nova “era de paz para o mundo”, acreditando na formação de um superimperialismo, “a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles, a fase da cessação das guerras sob o capitalismo, a fase da exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente”,⁵⁰ Lênin ressaltava a importância de se compreender que a relação política entre potências rivais se resolvia, assim como na luta de classes, pela correlação de forças que determina a redistribuição dos mercados mundiais,⁵¹ e que a concorrência, na fase imperialista do desenvolvimento capitalista, não é de todo eliminada, mas assume exatamente esta forma de rivalidade bélica entre as nações, em defesa dos seus monopólios. A violência e a guerra interimperialistas são as conseqüências de uma política que se determina pela correlação de forças ao nível militar.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 639.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 639.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 645.

⁵¹ A atual correlação de forças coloca os EUA como nação imperialista quase que invencível diante do seu poderio militar. Não há nação que possa com ela concorrer em pé de igualdade. A formação da União Européia é um contra-ataque também imperialista, uma tentativa de estabelecer alguma forma de concorrência com os EUA e por isto a nação estadunidense pressiona a América Latina a se integrar à ALCA, não para que faça parte de um grande bloco imperialista hegemônico, mas para que fique imune às influências imperialistas da União Européia.

Outro processo importante descrito por Lênin era a transformação destes Estados imperialistas em Estados-*rentiers*, ou Estados-usurários, que passavam a sustentar seu mercado interno e o seu mercado especulativo, através do parasitismo de grandes somas de mais-valia expropriadas do setor produtivo dos países parasitados. Já em 1916, Lênin acentuava que o “rendimento dos *rentiers* é cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais ‘comercial’ do mundo!”, referindo-se ao império britânico:

Por este motivo, a noção de “Estado-rentier” (*Rentnerstaat*), ou Estado usurário, está a tornar-se de uso geral nas publicações econômicas sobre o imperialismo. O mundo ficou dividido num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores.⁵²

Os *Estados-usurários* deixaram de ser Estados-industriais (que produziam suas próprias riquezas internamente), para se transformarem em *Estados-credores* (que parasitam a mais-valia expropriada aos trabalhadores urbanos e rurais dos países devedores, por intermédio do capital portador de juros, ou seja, do pagamento dos juros da dívida), o que na opinião de Schulze-Gaevernitz consistia no principal traço caracterizador do imperialismo moderno, pois o credor está mais solidamente ligado ao devedor do que o vendedor ao comprador.⁵³ Lênin previa que esta transformação dos Estados-industriais em Estados-usurários poderia transformar a Europa em uma espécie de “paraíso dos turistas”, alimentado pelos juros expropriados e produtos industrializados dos países da Ásia, África e América Latina, aos quais as contradições do capitalismo seriam exportadas.

Por fim, Lênin acreditava na possibilidade, hoje concretizada na União Européia, da formação de uma “federação européia de grandes potências”, que longe de se constituir na consolidação da sonhada “paz perpétua” de Kant, consistiria em um perigo gigantesco de parasitismo social. Neste sentido, citava Hobson, para quem:

Eis as possibilidades que abre diante de nós uma aliança mais vasta dos Estados ocidentais, uma federação européia das grandes potências: tal federação, longe de impulsionar a civilização mundial, poderia implicar um perigo gigantesco de parasitismo ocidental: formar um grupo de nações industriais avançadas, cujas classes superiores receberiam enormes tributos da Ásia e da África.⁵⁴

⁵² LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos**. Op. cit., pp. 650-651.

⁵³ *Ibidem*, p. 651.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 652.

Este fenômeno geraria a redução da emigração dos países imperialistas e o aumento da imigração (afluência de operários e migrações) para estes, sendo que a massa humana que a eles chega vem dos países mais atrasados, onde o valor do salário é mais baixo, e os custos da reprodução, mas altos.⁵⁵

5 O imperialismo depois de Lênin

O *Imperialismo, fase superior do capitalismo* era publicado em 1916, em plena Primeira Guerra Mundial, uma guerra de trincheiras que tirou a vida de milhões de soldados, jovens pertencentes às famílias proletárias da Europa, defendendo a pátria de seus patrões. Tratava-se de uma guerra imperialista, que visava a repartilha do mundo entre as nações européias que haviam alcançado grande poderio econômico e militar. Ainda em plena guerra, em outubro de 1917, uma Revolução ocorrida na Rússia mudaria o contexto geopolítico por todo o resto do século XX, impondo sérias barreiras para o alastramento do imperialismo no mundo, mas por outro lado colaborando para a criação de uma nova polarização, onde os EUA, como liderança “inata” do bloco capitalista, surgiria como nova nação imperialista hegemônica que submeteria todas as demais ao seu comando e poderio atômico.

Em 1929, as contradições intrínsecas de um sistema que Lênin havia qualificado de “capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição”,⁵⁶ baseado na especulação financeira, no mercado de ações e no parasitismo das riquezas expropriadas das colônias, explodiria na forma de uma crise estrutural de grande envergadura, que encontraria seu ápice no *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Ali, o capitalismo, em sua fase imperialista, mostraria ao mundo os efeitos nefastos do *laisser-faire*, de uma economia baseada na criação de grandes somas de capitais fictícios e na usura interestatal. Os EUA sofreram grande abalo em suas finanças, traduzido por desemprego alarmante, grandes estoques de produtos agrícolas e industriais por falta de mercados, queda dos preços e falências. Os acionistas em peso levavam suas ações à Bolsa de Valores em virtude da queda vertiginosa das taxas de lucro, o que gerou uma queda incrível do valor daquelas ações. Calcula-se que só nos EUA 12 milhões de trabalhadores ficaram desempregados, sendo seguidos da Alemanha com 6 milhões, da Inglaterra com 3 milhões, da Itália com 1 milhão e da França com meio milhão.

Em 1932, Franklin Delano Roosevelt era eleito presidente dos EUA inaugurando uma fase de recuperação econômica, baseada nos postulados do *keynesianismo*

⁵⁵ *Ibidem*, p. 654.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 668.

(binômio *intervenção econômica/assistência social*), que ficaria conhecida como *New Deal* (Novo Trato), que recuperaria a economia norte-americana em poucos anos. O desemprego seria erradicado através da criação em massa de frentes de emprego patrocinadas pelo Estado (obras públicas). O capitalismo se recuperava na mesma medida em que os trabalhadores aumentavam seu poder de negociação, principalmente através dos sindicatos, processo que ficou conhecido por “pacto keynesiano”, onde implicitamente os trabalhadores abriam mão de promover revoluções e os capitalistas se comprometiam a elevar o padrão de vida das massas. Esta política de recuperação qualificaria os EUA a ocuparem o lugar que a história lhes havia reservado.

A Segunda Guerra Mundial eclode na Europa, na década de 40 do século XX, levando novamente as nações imperialistas a uma batalha de repartilha do mundo, mas agora qualificada por uma xenofobia muito marcante para com os ventos que sopravam vindos de Moscou. A Europa sairia arrasada desta guerra: cidades inteiras destruídas, milhões de mortos nos campos de batalhas e nos campos de concentração e economias destruídas. Um novo cenário geopolítico se desenharia com o final dos combates, tendo a URSS e os EUA polarizado um mundo dividido, sob a ameaça constante de uma guerra nuclear. Immanuel Wallerstein assevera que o Acordo de Ialta, que reuniu Stálin, Roosevelt e Churchill, estabeleceu três cláusulas básicas: 1) o mundo seria dividido em duas grandes áreas de influência, polarizadas pelos EUA e pela URSS; 2) a zona soviética poderia, se assim o desejasse, desenvolver coletivamente uma política mercantil, reduzindo ao mínimo suas transações comerciais com os países da área de influência norte-americana; e 3) as duas partes se comprometiam em se engajar em uma retórica enérgica de hostilidade recíproca, que garantisse o controle político das duas grandes nações sobre suas respectivas áreas de influência.⁵⁷ Esta última “cláusula” foi utilizada pelos EUA de forma bastante freqüente a fundamentar uma corrida armamentista sem precedentes, cuja finalidade era dupla: 1) conter o avanço soviético em sua área de influências, ainda mais depois das Revoluções Chinesa e Cubana; e 2) legitimar a sua liderança “inata” frente a todos os outros países capitalistas, consolidando sua posição hegemônica frente aos demais, e sepultando de vez (?) a pretensão imperialista dos demais de competir com os EUA. Esta circunstância é especialmente importante para a compreensão da atual posição dos EUA no cenário mundial, visto que com a queda do Regime Soviético, consolidada estava a sua hegemonia política e econômica, mas desfeita estava qualquer tipo de liderança frente a um inimigo que não existia mais, liberando, por assim dizer, os

⁵⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. In: **Uma nova fase do capitalismo?** Op. cit., p. 74.

demais países de tradição imperialista, para a competição (ainda que desigual) com o mercado americano.⁵⁸

O famoso *Acordo de Bretton Woods*⁵⁹ foi um dos principais instrumentos manipulados pelos EUA que viriam a consolidar o seu poderio imperialista no pós-guerra, ou seja, a sua hegemonia econômica frente às antigas nações imperialistas, a exemplo da Grã-Bretanha, com a criação do FMI e do Banco Mundial, órgãos cujo controle político sempre foi mantido pelos EUA. O sistema ali adotado conferia ao dólar um papel central, ao lado do ouro, na economia mundial, visto que os negócios mundiais passariam a ser indexados tendo por padrão aquela moeda. Para François Chesnais o sistema de *Bretton Woods* “refletia a hegemonia absoluta dos EUA na concorrência intercapitalista” sendo que o atrelamento do dólar ao ouro permitia alicerçar “um sistema financeiro e monetário internacional, que comportava a existência de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial”.⁶⁰ Essa subordinação do “capital de empréstimo e das instituições financeiras” ao fortalecimento do “investimento industrial” deve ser vista por dois ângulos distintos: 1) os EUA atravessavam uma fase de recuperação das ondas que vinham de 1929, com adoção de uma política keynesiana de recuperação econômica, que efetivamente jogava grande peso no setor produtivo interno estadunidense, com evidente aumento do PIB americano em detrimento das outras nações; e 2) a despeito da diminuição das taxas de juros decorrentes da adoção das políticas keynesianas,⁶¹ o

⁵⁸ István Mészáros acentua a necessidade de os EUA criarem inimigos externos que possam continuar a cumprir as funções legitimantes do seu poderio militar, após o fim da URSS: “O que mudou depois do colapso do sistema soviético foi a necessidade de encontrar justificativas para a postura crescentemente agressiva do imperialismo dos Estados Unidos em diferentes partes do mundo [...] Saddam Hussein, como ex-agente dos Estados Unidos, poderia servir melhor a um objetivo maior: ser promovido à condição de inimigo mítico todo-poderoso que representa não apenas o mesmo perigo atribuído à União Soviética, nos anos de Guerra Fria, mas, muito mais que isso, aquele que ameaça com a guerra química e biológica – além do holocausto nuclear – todo o mundo ocidental”. MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Op. cit., p. 61.

⁵⁹ O encontro aconteceu em território americano, na cidade de *Bretton Woods*, em *New Hampshire*, entre os dias 1º e 22 de julho de 1944, com a participação de 44 países, entre eles o Brasil. Por todos, sobre o desenvolvimento das negociações ali realizadas, conferir a obra de DAL RI JÚNIOR, Arno. **História do direito internacional: comércio e moeda; cidadania e nacionalidade**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

⁶⁰ CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996, pp. 249-250.

⁶¹ Keynes encerra sua **Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda**, preconizando a “eutanasia” do capital rentista, através do estabelecimento de uma “taxa de juros bem mais baixa do que a que tem reinado até hoje”, que cobrisse tão-somente o custo da depreciação devida ao desgaste e obsolescência, bem como ao risco do investimento do capital, o que provocaria “a eutanásia de quem vive de renda e, com isso, a eutanásia do poder opressivo do capitalista, de tipo cumulativo, de explorar o valor conferido ao capital por sua escassez”. Não se pode esquecer que a solução keynesiana pretendia partir de um “pacto” de não-agressão entre burguesia e proletariado.

entrelaçamento entre capitais industriais e capitais financeiros ainda seria uma constante, na verdade uma grave armadilha que, em estado latente, voltaria a mostrar sua face cruel no final do século XX.

Com a recuperação da economia industrial dos países europeus e do Japão, o Acordo de *Bretton Woods* foi rompido unilateralmente pelos EUA que decretou o fim do *gold exchange standard* (padrão ouro-dólar), em agosto de 1971. Chesnais ressalta que isso se deveu à explosão da dívida federal, conjugada a um *déficit* crescente na balança de pagamentos, o que desencadeou uma busca desenfreada por recursos monetários para o financiamento dos bônus do Tesouro Nacional, tornando a paridade ouro-dólar insustentável, valendo dizer que desde então a economia americana não mais conseguiria manter suas finanças num grau de paridade a sua economia real. O *déficit* do orçamento americano, agravado pelos altos custos gerados pela Guerra do Vietnã, traduziu-se na emissão de dólares cuja conversão em ouro era requerida pelos demais países de forma imediata. As reservas do *Fort Knox* estavam vazias e a impossibilidade de conversão dos dólares emitidos em ouro demonstrava a fragilidade da economia real americana.⁶² O endividamento crescente dos EUA e as debilidades orçamentárias levaram o mundo a uma crise estrutural,⁶³ que impulsionaria uma reestruturação nas políticas internas e externas norte-americanas, lançando os EUA ao abandono das políticas keynesianas, ao aumento da taxa de juros, ao favorecimento do setor especulativo e dos investimentos internos, e adoção de uma nova política imperialista de parasitismo dos setores produtivos dos países do Terceiro Mundo, sustentada pelo poderio bélico estadunidense, como forma de criar condições econômicas reais de sustentabilidade da economia interna. O capital reencontrava a livre mobilidade que havia em parte perdido com as restrições que *Bretton Woods* lhe havia imposto.⁶⁴ Operou-se assim a reversão dos fluxos de capitais de financiamento aos países de Terceiro Mundo, com a transferência de grandes somas de mais-valia expropriada dos trabalhadores urbanos e rurais destes países, a altíssimas taxas de juros, aos cofres dos países credores, em especial os EUA, na forma de “pagamento da dívida externa”. Estes “pagamentos” criaram uma nova situação de *parasitismo* onde os países endividados deveriam implementar políticas de exploração máxima dos seus trabalhadores do setor produtivo, criando grandes massas de capitais a serem transferidas aos países credores, sustentando a ciranda financeira e a economia usurária daquelas nações.

⁶² CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Op. cit., pp. 249-250.

⁶³ DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. *Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo*. In: **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 24.

Os EUA surgem neste cenário como potência parasitária (sustentada pela expropriação de riquezas dos países do terceiro mundo) que mantém sua hegemonia mundial perante inclusive os países de capitalismo desenvolvido, pelo uso da força. A guerra e a intervenção militar se transformam em evidentes instrumentos de apoio à manutenção da hegemonia econômica, principalmente hoje com a desvalorização do dólar frente ao euro. A política neoliberal foi imposta pelos EUA, o G-7, o FMI e o Banco Mundial, os elaboradores do “Consenso de Washington”, à Europa através do Tratado de *Maastricht*, tornando a adesão dos países “obrigatória”, na medida em que, apoiados pela OMC, criaram mecanismos de redução da margem de escolha quanto ao modelo econômico que livremente poderiam adotar.⁶⁵

Uma das principais diretrizes neoliberais levadas a cabo pelos EUA consiste, ideológica e concretamente, no fortalecimento do seu próprio aparelho de Estado, com militarização crescente, e implementação de políticas de desmonte dos Estados-Nação dos países dependentes. Não podemos esquecer a importante função do Estado enquanto regulador externo do capital. Os EUA pretendem com esta política se tornar o “Estado do Sistema do Capital em si”, ou seja, na única potência reguladora dos interesses do capital no mundo atual. A importância do Estado para o capital jamais pode ser colocada em segundo plano, como asseverou Mészáros:

Sua principal dimensão é o sempre crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital. Apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao “recoo das fronteiras do Estado”, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado.⁶⁶

Por óbvio que os EUA têm interesse em estabelecer um mundo onde outros Estados-nação não lhes possam fazer frente, seja econômica, política ou militarmente. Por outro lado, o que há não é um interesse na destruição dos Estados enquanto aparelhos, mas de sua absoluta submissão ao consenso que vem de Washington, visto que se mantém a necessidade de controle local, tendo em vista a política traçada no global (daí a estúpida bandeira “pense globalmente, aja localmente”), bem como a necessidade de policiamento, de contenção das massas de desempregados e famintos, ou seja, o dejetos que o capitalismo financeiro gera principalmente nos países devedores.

Nos últimos anos, com a formação da União Européia, começam a se concretizar as previsões que autores como Lênin e Hobson, argutos intérpretes do imperialismo haviam previsto no início do século. A União Européia se constitui em

⁶⁵ CHESNAIS, François. A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003, p. 52.

⁶⁶ MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Op. cit., p. 29.

uma “federação de países europeus” que longe de pretender estabelecer uma nova “*pax*” mundial, possui finalidades evidentes de estabelecimento de um sistema imperialista paralelo e com reais possibilidades de competição com os EUA, constituindo-se no sintoma mais evidente do restabelecimento de um sistema imperialista parasitário mundial. O fortalecimento do euro perante o dólar é um processo de nosso tempo que indicia períodos de graves crises, inclusive militares. Por outro lado, os EUA tentam obrigar por todos os meios a América Latina a se incorporar à ALCA, como forma de livrar estes países da influência direta do capital financeiro europeu. A América Latina, por sua vez, busca há uma dezena de anos, fortalecer o MERCOSUL, sem muito sucesso, como forma de manter sua “independência” perante as finanças estadunidenses. Como dizia Lênin, em 1916:

Por isso, as alianças “interimperialistas” ou “ultra-imperialistas” no mundo real capitalista [...] seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outras coligações imperialistas, ou uma aliança geral de *todas* as potencias imperialistas, só pode ser, inevitavelmente, “tréguas” entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais.⁶⁷

Por óbvio, é incompreensível que nos próximos anos as correlações de forças entre as nações imperialistas mantenham-se invariáveis. As modificações econômicas e políticas futuras poderão gerar um quadro de instabilidade que leve até mesmo ao conflito interimperialista tanto no interior da União Européia como entre os EUA e a UE. Os interesses são claros, evidentes como o sol. Para Mészáros, “toda a conversa a respeito de um mundo policêntrico, sob o princípio de algum tipo de igualdade entre os Estados, pertence ao mundo da pura fantasia, ou daquela cínica camuflagem ideológica”,⁶⁸ que caracteriza o próprio sistema capitalista enquanto tal.

Considerações finais

Os problemas estruturais do capitalismo não podem ser superados dentro dos marcos do próprio capitalismo. As crises não são resolvidas, mas proteladas de maneira forçada, o que ocasiona a agudização das desigualdades sociais que estão na base do próprio sistema. O *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, a Segunda Guerra Mundial, os Acordos de *Ialta e Breton Woods*, o *New Deal* americano, apenas

⁶⁷ LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos**. Op. cit., p. 664.

⁶⁸ MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Op. cit., p. 45.

adormeceram o imperialismo, deixando-o em estado latente, até que ele ressurgisse no cenário mundial com força suficiente para estabelecer uma nova conjuntura mundial. O momento atual possui um forte conteúdo ideológico que tenta induzir as massas de trabalhadores a um estado de letargia e incertezas. Muitos, a exemplo dos editores do periódico inglês *The Economist* de Londres, acreditam que:

Não há alternativa ao livre mercado como forma de organizar a vida econômica. A expansão da economia de livre mercado deverá levar gradualmente à democracia multipartidária, pois as pessoas que têm liberdade de escolha econômica tendem a insistir na posse também da liberdade de escolha política.⁶⁹

Esta perspectiva é falsa: 1ª) porque se o momento econômico representa a estrutura material da sociedade, o momento político, como nos ensinou Lênin,⁷⁰ é o momento determinante do econômico: há alternativa ao livre mercado, por mais deterministas que queiram ser os economistas burgueses; 2ª) a liberdade de escolha não é distribuída de forma realmente igualitária entre todos os membros da sociedade, resultando antes na liberdade de escolha da classe capitalista, porque como dizia Marx, ao proletariado resta, no modo de produção capitalista, uma dupla liberdade: a de vender sua força de trabalho ou morrer de fome; 3ª) Não há livre mercado no sistema imperialista, mas monopolização, cartelização e formação de trustes; 4ª) o desenvolvimento da economia de livre mercado não leva à democracia, mas à barbárie; 5ª) o multipartidarismo permitido é aquele que se insere nos marcos do Estado Liberal, ou seja, um “pluralismo de partidos de defesa dos interesses do capital”;⁷¹ 6ª) somente os capitalistas financeiros possuem

⁶⁹ **The Economist**, 31 de dezembro de 1991, p. 12.

⁷⁰ Em um texto importante, mas pouco lido na atualidade, Lênin, em 1921, polemizava com Trotski e Bukhárine, acerca do papel dos sindicatos na produção da Rússia pós-revolucionária. Dizia Lênin, rebatendo a visão economicista de seus camaradas de partido: “A política é a expressão concentrada da economia, repeti eu no meu discurso, porque já tinha ouvido anteriormente essa censura, absurda e completamente inadmissível na boca dum marxista, à minha abordagem ‘política’. A política não pode deixar de ter a primazia sobre a economia. Raciocinar doutro modo significa esquecer o á-bê-cê do marxismo. [...] Naturalmente eu sempre expressei, expressei e expressarei o desejo de que nos dediquemos menos à política e mais à economia. Mas não é difícil compreender que para realizar estes desejos é necessário que não existam perigos políticos nem erros políticos. Os erros políticos que o camarada Trotski cometeu e que o camarada Bukhárine aprofundou, agravou, desviam o nosso partido das tarefas econômicas, do trabalho de produção, obrigam-nos, infelizmente, a perder tempo a corrigir esses erros”. In: LÊNIN, V. I. Mais uma vez sobre os sindicatos, o momento actual e os erros dos camaradas Trotski e Bukhárine. In: **Obras Escolhidas em três Tomos**. Moscou: Edições Progresso, 1979. Vol. 3, p. 443-445.

⁷¹ Não à toa, no Brasil, tenta-se impor a famigerada cláusula de barreira, com o intuito de eliminar os partidos que representam os interesses da classe trabalhadora.

liberdade de escolha, manipulando os aparelhos de Estado e seu poderio bélico para a manutenção de seu poder mundial.

O momento atual deve ser encarado pelo movimento operário internacional como de readaptação de sua atuação tática, frente à realidade de um imperialismo avassalador. Durante o século XX, muitas “esquerdas” acabaram sendo capturadas pelo “canto de sereia” das políticas keynesianas, se deixado arrastar para a via do reformismo. Entretanto, com o ocaso do keynesianismo e ascensão das políticas neoliberais, fundadas no restabelecimento da mobilidade do capital financeiro que havia sido suspensa desde o *New Deal* estadunidense e os acordos de *Ialta e Bretton Woods*, até mesmo as vias reformistas parecem estar sendo bloqueadas aos trabalhadores. Lênin citava Hilferding, com quem compartilhava do mesmo ideal tático:

Não compete ao proletariado – diz Hilferding – opor à política capitalista mais progressiva a política passada da época do livre-câmbio e da atitude hostil para com o Estado. A resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro, ao imperialismo, não pode ser o livre-câmbio, mas apenas o socialismo. O objectivo da política proletária não pode ser actualmente a restauração da livre concorrência – que se converteu agora num ideal reaccionário –, mas unicamente a destruição completa da concorrência mediante a supressão do capitalismo.⁷²

Para o movimento socialista, o fundamental na crítica do imperialismo consiste em determinar se é possível modificar por meio de reformas as bases do imperialismo, se há que seguir para diante, agudizando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se há que retroceder, atenuando essas contradições. Neste sentido, Lênin parece fornecer a resposta quando citou Hilferding. A partir da compreensão que o neoliberalismo representa a ideologia do imperialismo em sua fase unipolar, justificando a agudização da acumulação capitalista pela via financeira, se coloca na pauta política do dia a geração de um amplo movimento de resistência nacional e internacional contra os efeitos deletérios do neoliberalismo. Resistência esta que possa mediar a superação definitiva do capital.

Os EUA ocupam um lugar hegemônico no capitalismo mundial, mas sua economia está em crise crescente e tende a ser historicamente suplantado pela resistência dos povos. Mas o domínio do capital financeiro, a junção dele com o capital industrial, e a sua característica parasitária são desenvolvimentos normais

⁷² LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos**. Op. cit., p. 659.

do capitalismo, já previstos por Marx no século XIX. Qualquer nostalgia por parte da classe operária sobre os tempos do “keynesianismo”, onde as negociações eram facilitadas por um pacto de não-agressão entre as classes antagônicas, significaria um retrocesso na luta de classes que hoje só pode opor ao imperialismo o estabelecimento de uma sociedade socialista. Diante do capitalismo atual e da ameaça bélica que ameaça o mundo, renova-se o grito por *Revolução ou Barbárie!*

Referências

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUKHÁRINE, Nicolai. **O imperialismo e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

CHESNAIS, François. “A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAL RI JÚNIOR, Arno. **História do direito internacional: comércio e moeda; cidadania e nacionalidade**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

DUMÊNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

LÊNIN, V. I. Mais uma vez sobre os sindicatos, o momento actual e os erros dos camaradas Trotski e Bukhárine. In: **Obras escolhidas em três tomos**. Moscou: Edições Progresso, 1979. Vol. 3.

_____. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas de V. I. Lênin em três tomos**. Moscou: Editorial Progresso, 1977. Vol. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **El capital: crítica de la economía política**. Madrid: M. Aguilar-Editor, 1931.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

NERUDA, Pablo. **Canto geral**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida: da idade moderna à atualidade**. São Paulo: Ática, 1989. Vol. 4.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.